

(*Centralization vs. Donatarial Privilege: Pernambuco, 1602-1630*); de David Davidson (*How the Brazilian West Was Won: Freelance & State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752*) e de Kenneth Maxwell (*The Generation of the 1790s and the Idea of Luso-Brazilian Empire*).

O caso do trabalho livre numa economia escravocrata, estudado por Stuart Schwartz (*Free Labor in a Slave Economy: The Lavradores de Cana of Colonial Bahia*), inicia a segunda parte (*Socioeconomic aspects*), cujos demais trabalhos abordam o emprego da mão-de-obra indígena no século XVIII (*The Indian Labor Structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800*, por Colln Maclachlan) e a história dos preços na época do Vice-reinado e Reino Unido (*A Preliminary Inquiry into Money, Prices, and Wages in Rio de Janeiro, 1763-1823*, por Harold Johnson Jr.).

Não obstante o critério e seriedade dos trabalhos apresentados, não representam eles contribuições que justifiquem um título tão geral para a publicação: "Raízes coloniais do Brasil moderno". É que, em que pese a generalização que deles se possa inferir — o que, aliás, é plenamente justificável dentro da caracterização do sistema colonial português aplicado ao Brasil — tratam-se de estudos demasiadamente especializados, seja no âmbito regional, seja no temático.

Não é de se negar que a estruturação do Brasil-nação possa ter partido, dentre outros fatores, das sementes lançadas pelo governo do Pernambuco pré-holandês, ou das questões ligadas ao bandeirismo e às idéias de Alexandre de Gusmão em relação à fronteira mato-grossense, ou das idéias democráticas adquiridas na Europa pelos nossos "ilustrados", assim como das experiências de trabalho agrícola livre ou do trabalho específico de Mendonça Furtado na Amazônia, ou ainda das questões de mercado no Rio de Janeiro. Mas, o que não se pode deixar de afirmar é que estes estudos enquadrem algumas de nossas raízes, cujo âmbito abrangeria ainda, necessariamente, temas ligados à estrutura burocrática, à caracterização da sociedade, ao comércio de exportação, e outros, que poderiam completar melhor o quadro das origens coloniais do Brasil moderno. — HELOISA LIBERALLI BELLOTTO

AZEVEDO, Thales de — *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1975.

Mais uma vez, o mito da ausência do preconceito de cor no Brasil é retomado por Thales de Azevedo, assim como já o fizeram Roger Bastide, Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira e outros.

Fundamenta todo seu trabalho na ideologia da democracia racial, tomando como pano de fundo o inter-casamento — branco-negro — que reflete a estrutura brasileira de ontem e de hoje no nível das relações entre tais grupos.

Este trabalho é produto de uma pesquisa de diversas obras, que reúnem essa complexa temática. Através delas, procurou demonstrar, no primeiro capítulo, o papel que os africanos e negros representaram para o país, desde a época do tráfico e escravatura até os dias de hoje. Aí examinou a heterogeneidade cultural e lingüística dos diferentes grupos africanos e suas conseqüências sócio-culturais, quanto à integração destes grupos entre si e na estrutura colonial brasileira.

Os dados que manipula para a realização deste capítulo, "Africanos e negros no Brasil — uma síntese", já foram trabalhados por Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Roger Bastide, porém os interpreta quanto à formação de uma pretendida democracia racial, de ordem essencialmente ideológica, como ele próprio coloca: "... a pretendida democracia racial realmente é uma ficção ideológica que as barreiras

de classes tanto quanto a velha e ainda não esquecida separação entre escravos e livres e entre estamentos superiores e inferiores impedem de realizar-se" (1).

Thales de Azevedo não pretendeu discutir o ponto de vista teórico dos diversos autores que trabalharam com relações raciais, e nem os efeitos sociais de tal ideologia; pretendeu sim, trabalhar os dados concernentes à ideologização de fatos que envolvem pessoas de cor (2). Para tal, fundamentou-se em dados empíricos coletados nas notas da imprensa (na sua maioria, jornais de Salvador) e depoimentos que demonstraram que apesar da crença de a mestiçagem evidenciar a ausência de preconceitos, os dados revelam o contrário.

Com relação ao problema de integração do negro nas estruturas de classe, onde se nota a maior preocupação do autor em caracterizar o problema da ideologia e realidade, dedicou todo um capítulo à "Mestiçagem e Status", com o objetivo também de conhecer "as motivações que operam ao nível da inter-ação dos sexos, regulando a mestiçagem e o casamento inter-raçiais" (3).

Nesta parte talvez esteja a maior contribuição de sua obra, embora ainda no nível da especulação. Especulação enquanto trabalha com hipóteses, tentando justificá-las através de obras dedicadas aos estudos de relações raciais, sofrendo maior influência de Staley (4), que com dados empíricos ofereceu a Azevedo a oportunidade de nos demonstrar que a integração do negro nas diferentes classes, quando realizada através do casamento, varia em grau, uma vez que o preconceito se faz com maior intensidade nas camadas superiores, traduzindo-se de formas diferentes nas demais camadas.

Dai a mestiçagem ser controlada pelo preconceito, apesar "da brançura, do antagonismo racial e da ideologia assimilacionista concomitante do preconceito de marca, como mostrou Oracy Nogueira (1955, p. 423), o sentimento coletivo dominante é contrário às uniões heterocrômicas pelo casamento particularmente na esfera superior de classificação e convívio social" (5).

Sallenta ainda que uma das motivações da preferência de casamento entre indivíduos de tipo físico próximo está intimamente relacionado com a própria estrutura de classe, no momento em que historicamente as camadas inferiores coincidem com pretos e mestiços e as superiores com brancos.

Isto nos leva a dizer que o autor dá um enfoque sociológico a partir do momento em que trabalha seu objeto segundo as perspectivas de estruturas de classes, posições sociais no relacionamento entre classe e raça, cor e raça, e quando diz, conforme foi dito acima, que à cor negra corresponde uma posição mais baixa e à cor branca uma posição mais elevada. Não deixa porém de dar um enfoque antropológico-social e cultural quando trata da possibilidade de uma literatura "afro-brasileira", onde procurou colocar a influência cultural do negro na nossa civilização em diversos aspectos da vida: nas representações simbólicas, culinárias e na religião propriamente dita.

Thales de Azevedo viu a possibilidade da religião "afro-brasileira" ser o caminho para o desenvolvimento e perpetuação de uma cultura "afro-brasileira", dando condições à formação da literatura no seu sentido lato.

(1) Cf. p. 29.

(2) P. 35.

(3) Cf. p. 9.

(4) Staley, O. S. B. & Austin, J. — «Racial Democracy in marriage. A sociological Analysis of Negro-White Intermarriage in Brazilian Culture. Univ. of Pittsburg, 1959.

(5) Cf. p. 71.

É uma obra de grande valor para se conhecer o negro na sociedade brasileira e também de grande valor enquanto o A. se preocupa no volume todo em desmascarar o mito que envolve nossa gente, quanto à inexistência do preconceito racial, quer na literatura, na inter-ação do branco e negro, e no inter-casamento.

Em termos de contribuição, podemos verificar no terceiro capítulo, "Mestiçagem e Status" — onde nos propôs diversas hipóteses — que poderão orientar trabalhos posteriores. Sintetiza o pensamento de Roger Bastide — "As religiões africanas no Brasil", Florestan Fernandes e Roger Bastide — "Branco e Negro em São Paulo", Florestan Fernandes — "Integração do Negro na Sociedade de Classes". Vai além do nível descritivo e interpreta as formulações destes autores, bem como de outros, porém ficando a desejar quanto à contribuição teórica e fundamentação através de dados empíricos.

Tais dúvidas absolutamente não invalidam os esforços do A., pois nos demonstrou que é o eficiente pesquisador, sensível à problemática brasileira do mascaramento das relações sociais entre o branco e o negro. — ANA MARIA CAMARGO FIGUEIREDO

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan — *Branco e negro em São Paulo*. Cla. Editora Nacional, Coleção Brasillana, vol. 305, 3ª edição, São Paulo, 1971, 310 p.

Este trabalho resultou da combinação do interesse da UNESCO sobre as relações entre brancos e negros na sociedade brasileira, com um projeto de estudo anteriormente preparado por Roger Bastide para a revista *Anhembi* e com o apoio da Reitoria da Universidade de São Paulo. Publicada originalmente em 1953 pela revista mencionada, a obra traz apenas uma condensação dos resultados da investigação, por premência de tempo, contudo traz no apêndice o projeto de estudo inicial, que evidencia a amplitude do esquema proposto. Traz também um pequeno estudo sobre estereótipos, normas e comportamento inter-racial em São Paulo, realizado por Roger Bastide e Pierre Van Den Bergue. Em vários trabalhos bastante consistentes, realizados posteriormente, é nítida a influência construtiva deste (veja-se, por exemplo, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, Dominus Editora, São Paulo, 1965, 2 vols.).

As pesquisas que alicerçaram este estudo foram efetuadas justamente numa época em que se consideravam inexistentes atitudes preconceituosas e discriminatórias na sociedade brasileira, tendo como mérito principal evidenciar as formas pelas quais elas se exprimiam e as funções que preenchiam, posto que até então, mesmo nos círculos letrados brasileiros, uma perspectiva etnocêntrica limitava as possibilidades de interpretação ao mero nível de expectativas tradicionalmente aceitas.

Os AA. se valeram de técnicas de levantamento de dados muito variadas: estudo ecológico, questionários especiais, entrevistas ocasionais e formais, biografias ou histórias de vida etc. Contaram, inclusive, com a colaboração de vários intelectuais de cor no levantamento dos dados e debates de problemas. Visavam não apenas os descendentes dos antigos escravos, mas também os componentes de velhas famílias tradicionais e elementos provenientes da imigração, pois em São Paulo coexistem sobrevivências da sociedade escravista e inovações da sociedade competitiva estimuladas pelo rápido processo de industrialização.

Na redação final do trabalho, Florestan Fernandes se encarregou dos capítulos I, II e V, enquanto Roger Bastide escreveu os capítulos III e IV. Os estudos foram ordenados num *crescendum*: o ponto de partida é a análise da transição do regime